Tenho sido um ávido devorador de tudo o que sai na imprensa e o que consigo levantar na internet sobre Educação, ensino, emprego, gargalo de mão-de-obra, apagão da mão-de-obra etc. Mas, confesso, estou ficando bastante irritado com o que tenho lido. Antes de partir para o ataque, devo registrar que respeito as opiniões de quem escreve e de quem fala para quem escreve. Confesso que, para mim, é um tanto difícil compreender porque governantes e dirigentes empresariais arrotam um discurso falacioso de que “somos uma democracia capitalista” e se comportam de forma estatizante.

É claro que não sou idiota a ponto de rechaçar a possibilidade do gratuito em troca do pago, quando isso é possível. Mas, graças a Deus tenho a capacidade de analisar possibilidades, compará-las e avalia-las para me beneficiar. E nem sempre o gratuito, o barato, é o melhor ou vai me atender.

A gota d'água da minha indignação foi uma matéria publicada no jornal Estado de Minas, de 10 de abril de 2011, com o título “Quem quer emprego?”, do jornalista Humberto Siqueira. A matéria estava interessante até o olho “Parcerias”. A fonte consultada sugere que as empresas façam parcerias com o Sistema S, porque são “cursos gratuitos e subsidiados”.

Tudo bem! Os segmentos empresariais, por força de Lei, recolhem um percentual para manter o Sistema S funcionando, exatamente para ajudar na capacitação dos quadros profissionais. É justo que possam se beneficiar disso. O absurdo não está aqui. O absurdo está em direcionar apenas para o Sistema S.

Só para lembrar, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC foram criados por Decreto-Lei em janeiro de 1942. As duas são designadas como “entidades privadas” e ambas atuam em todo território nacional. Já o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE é mais recente, datando de 1972, mas esteve vinculado ao governo federal até 1990. Agora também é uma entidade privada sem fins lucrativos. É importante também lembrar que, embora privadas e sem fins lucrativos, elas atuam como se fossem públicas, com uma forte carga política.

Senai e Senac surgiram em plena II Guerra Mundial, provavelmente fruto do acordo com os Estados Unidos para se alinhar aos Aliados, acordo este que deu ao Brasil as primeiras indústrias de base que nos colocaram no clube dos países em fase de industrialização. O CEBRAE (sigla na época em que pertencia ao estado) “nasceu” às vésperas do primeiro choque do petróleo e mudou para a esfera privada como SEBRAE no curto “reinado” Collor.

Senai e Senac surgiram numa época em que o Brasil ainda se encontrava muito defasado das grandes economias mundiais, a educação superior (pública em sua maioria) era “exclusiva” para as classes dominantes e aristocráticas e não havia uma complexa e abrangente estrutura

Absurdos do sistema

Escrito por Carlos Eduardo de Araújo Nogueira
Qua, 27 de Abril de 2011 00:00

educacional privada, como é hoje. O Sebrae veio depois, numa época de grandes transformações mundiais e só passou a ter um papel relevante quando a “abertura dos portos às nações amigas – 2ª parte” causou um estrago na economia, com a quebra de várias empresas por uma competição desleal com produtos importados. Uma nova classe empresarial precisaria ser inventada e preparada para o novo estágio do País.

No vazio deixado por sucessivos governos e investimentos públicos medíocres, ano a ano declinantes principalmente em educação, para garantir o que hoje estamos vivendo em termos de qualidade de vida, acesso a bens de consumo, bens duráveis, serviços de valor agregado e o tão sonhado pleno emprego, a iniciativa privada suplantou o estado, que praticamente faliu o sistema educacional público, deixando um rastro de analfabetos funcionais por toda parte, além de criar um problema para as futuras gerações e para o próprio País. Quem colocou o Brasil no ponto em que está hoje, gozando de um status ‘nunca antes visto na história deste País’, foi a iniciativa privada em geral e a educacional, em particular. Foi o trinômio “democracia-capitalismo-livre iniciativa”.

Considero a minha geração sortuda, porque está vendo e gozando dessa situação de pleno emprego, que meu pai dizia que nunca chegaríamos a ter. Mas, daqui vinte anos, quando eu for velho, os que conseguirem chegar na minha idade atual não terão a mesma sorte, devido a tantas deficiências e negligências. Um verdadeiro absurdo com tanta riqueza!

Mas, voltando à matéria do Estado de Minas, como pode um executivo de alto nível, de uma consultoria de recursos humanos, olhar para o horizonte e só ver o Sistema S, porque é “gratuito ou subsidiado”, quando há um mar de outras possibilidades, tão boas quanto, e negociáveis?

O problema é que essa mentalidade não está apenas nele. Está em toda parte, em toda iniciativa privada. É um paradigma cultural e educacional, que nós educadores devemos mudar o quanto antes, já que as famílias modernas e desestruturadas estão nos delegando essa tarefa.

Será que só o Sistema S pode atender essas demandas de capacitação das empresas? Qual é o grau de flexibilidade que este sistema tem, comparado à iniciativa privada? Qual é a velocidade da sua mudança? Qual é a sua velocidade de atendimento de demandas específicas em locais específicos? Qual é a capilaridade desse Sistema S e qual é capilaridade de toda a rede privada de ensino?

As instituições de ensino privadas podem atender a essa demanda das empresas a qualquer momento e em qualquer lugar, para onde elas forem e continuar as atendendo com qualidade. Podemos atender a demandas com muita rapidez e muda-las, se necessário, com muita rapidez também. Captamos gente inteligente, preparada, experiente e qualificada para prestar o serviço onde ele estiver sendo requerido. E o principal: estamos dispostos a negociar com quem quiser um formato de parceria de benefício mútuo.

A competição do Sistema S com a iniciativa privada educacional é desleal. Minha empresa mesmo é obrigada a contribuir para este Sistema, que compete comigo dessa maneira! É ou

Absurdos do sistema

Escrito por Carlos Eduardo de Araújo Nogueira
Qua, 27 de Abril de 2011 00:00

não é um absurdo?

Esta semana colhi mais um exemplo dessa forma de ver as coisas, de um empresário do segmento de derivados petroquímicos. Num raio de 100km da cidade de Juiz de Fora há aproximadamente 100 empresas que beneficiam polímeros. Grosso modo poderíamos dizer que a região é polo de beneficiamento de polímeros. Pois é, esse empresário pegou suas máquinas seminovas e as doou para o Senai, em Belo Horizonte, que fica a mais de 200km da cidade. Será que elas não seriam mais úteis se instaladas aqui? Se essa cadeia produtiva também precisa de mão-de-obra qualificada, por que não criar um polo de capacitação aqui? E será que não haveria alguma escola local que se interessasse em aproveitar essas máquinas para alguma finalidade educativa profissionalizante?

Eu poderia ficar ilustrando esses e outros absurdos por mais umas três páginas, mas o que já há aqui é suficiente para nos levar a uma reflexão, e, se Deus quiser, a uma mudança de comportamento.